

Banco Central vai apertar controle sobre os estados

Missão do novo diretor do BC será cobrar dívida de R\$ 93 bilhões e fazer de bancos estaduais agências de desenvolvimento

Aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado — por 13 votos a favor e quatro contra — o economista Paolo Zaghen terá uma tarefa ingrata à frente da recém-criada diretoria de finanças estaduais do BC. Apenas a dívida interna dos estados cresceu 41%, entre outubro de 1995 e setembro de 1996, chegando a R\$ 90 bilhões. Enquanto isso, a receita tributária total dos estados cresceu 21%, atingindo R\$ 50 bilhões.

“A dívida é alta, mas não impagável”, disse Zaghen durante a sabatina a que foi submetido pelos membros da comissão. Na terça-feira, o plenário do Senado deve confirmar a decisão adotada pela CAE de aprovar o nome indicado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

Zaghen explicou que, para equilibrar a situação financeira, os estados precisam obter o refinanciamento das suas dívidas em prazos mais longos e a juros menores. O

economista citou como exemplo o caso de Minas Gerais, cuja dívida foi refinanciada pelo governo federal em 30 anos e juros de 6% anuais.

“Tenho a convicção de que, concluídas as negociações, os estados vão ter sua capacidade de paga-

mento completamente restabelecida”, afirmou Zaghen. Ele ponderou, no entanto, que é preciso “tomar cuidado”, na adoção de mecanismos de controle para que os estados não voltem a comprometer sua capacidade

de honrar dívidas.

PREOCUPAÇÃO

O endividamento estadual é preocupante porque a maior parte dos estados tem obtido facilidades do governo federal para renegociar suas dívidas, mas mesmo assim vem atrasando os pagamentos. “Em várias oportunidades, o montante das dívidas remanescentes e a assunção de novas dívidas de curto prazo, incorridas a custos elevados, neutralizaram os ganhos obtidos”,

revelou Zaghen. Nem financiando a dívida mobiliária (em títulos) com papéis emprestados pelo Banco Central, a juros menores do que os conseguidos com seus próprios papéis, os estados conseguiram manter-se equilibrados. “Esses estados não têm conseguido recursos para amortizar parte relevante do total emitido”, disse Zaghen.

Ele voltou a defender a transformação dos bancos estaduais comerciais em agências de fomento. O economista disse que vai procurar “contribuir para a retomada do papel fundamental das instituições financeiras no financiamento do desenvolvimento”. Zaghen, porém, deixou claro que os bancos estaduais em dificuldade e que não puderem ser capitalizados pelos controladores — nem transformados em agências de fomento — devem ser fechados ou privatizados. Segundo ele, “se o banco está capitalizado, bonitinho e anda bem” não há por que o estado aderir à Medida Provisória 1.514 que, além da extinção e privatização, prevê a transformação desses bancos em instituições de fomento (de desenvolvimento).

Segundo os dados apresentados por Zaghen, das 22 instituições estaduais, 13 tiveram perda de patrimônio ao longo deste ano. Dentre estas, três atualmente sob o Regime Especial de Administração Temporária (Raet) estão com patrimônio negativo. O diretor indicado assegurou ter informações de que 17, em um conjunto de 25, apresentaram prejuízos no primeiro semestre do ano.

